

COLEGIADO DA UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**RESOLUÇÃO n. 20/2011/COLEGIADO UNACSA**

Manifesta parecer favorável à criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade de Educação à Distância.

A Presidente do Colegiado da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas – UNACSA, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, no uso de suas atribuições, atendendo as necessidades Institucionais e a decisão do Colegiado da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas – UNACSA em reunião do dia 19 de outubro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º - Manifestar parecer favorável à criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade de Educação à Distância.

Art. 2º - O Projeto do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade de Educação à Distância constituirá anexo da presente Resolução.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Criciúma, 19 de outubro de 2011.

PROF^a. KÁTIA AURORA DALLA LIBERA SORATO
PRESIDENTE DO COLEGIADO DA UNACSA

Anexo da Resolução nº 20/2011/COLEGIADO UNACSA



**PROJETO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

CRICIÚMA, AGOSTO DE 2011

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Reitor: Prof. Gildo Volpato

Vice-Reitor: Prof. Márcio Antônio Fiori

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof^a Robinalva Borges
Ferreira

Pró-Reitor de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão: Prof. Ricardo
Aurino de Pinho

Pró-Reitor de Administração e Finanças: Prof. Dourival Giassi.

Diretora da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas:
Prof^a Kátia Aurora Dalla Libera Soratto

Coordenadora de Ensino de UNACSA: Prof^a Almerinda Tereza
Bianca Bez Batti Dias

Elaboração do Curso

Prof^a Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias

Prof^a Elenice Padoin Juliani Engel

Prof. João Carlos Medeiros Rodrigues Júnior

Prof. Volmar Madeira

Setor de Educação a Distância - Sead

Setor de educação à distância

Elisa Netto Zanette
Cleusa Ribeiro dos Santos
Graziela Fátima Giacomazzo
Patricia Jantsch Fiuza

Sumário

1. Dados de Identificação da Instituição	6
1.1 Dados da Mantenedora.....	6
1.1.1. Histórico da FUCRI.....	6
1.2 Dados da Mantida.....	8
1.2.2 Histórico da UNESCO	8
2. Justificativa da Criação do Curso.....	13
3. Identificação do Curso.....	16
3.1 Carga Horária e Créditos	17
3.2 Turno de Funcionamento	17
3.3 Processo Seletivo	17
4.1 Princípios Políticos e Filosóficos do Curso.....	17
4.1.1 Perfil do Discente a Ser Formado / Egresso	20
4.1.2 Metodologia de Ensino	21
4.1.2.2 Material Didático.....	25
4.1.2.3 Mecanismos Gerais de Interação.....	26
4.1.3 Avaliação da Aprendizagem.....	28
4.1.3.1 Aproveitamento de Disciplinas, Suficiência e Certificações Intermediárias.....	28
4.2 Objetivos do Curso	29
4.2.1 Objetivo Geral.....	29
4.2.2 Objetivos Específicos	29
4.2.3 Organização Didático-Pedagógica do Curso.....	30
4.2.3.1 Matriz Curricular	30
4.2.3.1.1 Disciplinas Optativas	32
4.2.3.1.2 Habilidades e Competências.....	32
4.2.3.3 Conteúdos Curriculares.....	34

5 Corpo Social: Coordenação do Curso, SEAD, Docentes, Tutores, Monitores	40
5.1 Coordenação do Curso.....	40
5.2 Coordenação de EaD	41
5.3 Corpo Docente.....	42
5.5 Monitoria	44
5.6 Institucionalização do Sead: Contexto Histórico	45
5.8 Representação Docente, Tutores e Discente.....	51
6.1 Infraestrutura Física-Tecnológica.....	51
6.2 Biblioteca Central.....	52
7 Atividades de Avaliação Permanente	57
8 Bibliografia Básica das Disciplinas	58

1. Dados de Identificação da Instituição

1.1 Dados da Mantenedora

Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI

CNPJ: 83.661.074/0001-04

Lei de criação da FUCRI: Lei nº 697 de 22.06.1968

Base legal:

Estatuto registrado no 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas - Cartório Almada Fernandes, Registro n. 03509 em 29/01/2009, no Livro A-00030, folhas 102.

Alvará de Funcionamento Código de Controle D8200S8084JX0 - Prefeitura Municipal de Criciúma - Secretaria da Fazenda Lei que consolida a legislação referente a FUCRI: Lei nº 2879 de 15/10/1993

Utilidade Pública Estadual: Lei nº 4336 de 05 de julho de 1969

Utilidade Pública Municipal: Lei nº 725 de 28 de maio de 1969 – Criciúma - SC

Inscrição Estadual (ICMS): Isenta

Utilidade Pública Federal: Portaria nº 958 de 15/08/02 do Ministério de Estado da Justiça

Utilidade Pública Federal: Decreto n. 72.454, de 11 de julho de 1973

Entidade registrada no CNAS como Entidade Beneficente de Assistência Social: Proc. 261.985/69 de 29/10/1969

1.1.1. Histórico da FUCRI

A origem da FUCRI remete-se à segunda metade da década de 60, época em que o Sul do Estado de Santa Catarina, principalmente a região carbonífera, vivenciava um surto de desenvolvimento econômico e populacional.

A Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), dotada de personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, foi instituída pelo Poder Público Municipal por meio da Lei n. 697/68, em 22 de junho de 1968.

Iniciado seu funcionamento, a FUCRI elaborou seu Estatuto que foi aprovado em 28 de novembro de 1968, pelo Decreto 204/68 da Prefeitura Municipal de Criciúma e registrado no Cartório de Registro Civil de Criciúma, no dia 14 de maio de 1969. Sua legislação foi consolidada pela Lei Municipal n. 2.879 de 15 de outubro de 1993.

As atividades da FUCRI, no princípio, foram desenvolvidas em sala alugada e, posteriormente, em prédio próprio doado pela Prefeitura. A FUCRI dedicou-se primeiro à elaboração do projeto da Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma, FACIECRI, em cumprimento às decisões e interesses manifestados pela comunidade no ato da sua criação.

A nova faculdade, FACIECRI, começou a funcionar em 1970 junto ao Colégio Madre Teresa Michel, deslocando-se depois para a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão, SATC, no Bairro Pinheirinho, hoje Bairro Universitário.

Em 1974 foi criada a Escola Superior de Educação Física e Desportos (ESEDE) e, em 1975, foram criadas a Escola Superior de Tecnologia de Criciúma (ESTEC) e Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas (ESCCA).

Em 1987, a FUCRI reavaliou suas finalidades e, com ampla mobilização, obteve a aprovação de mudanças em sua estrutura organizacional, garantindo a autonomia na escolha de seus dirigentes maiores, até então indicados pelo Poder Público Municipal.

Em 1991 houve a criação da UNIFACRI, União das Faculdades de Criciúma, resultado da integração das 04 Faculdades, com regimento aprovado pelo Conselho Estadual de Educação pelo Parecer n. 256/91 de 24/09/91.

A criação da UNIFACRI foi marco de significância fundamental na vida da Instituição e da região Sul-catarinense. Criar uma estrutura pré-universitária, vivenciada por mais de três anos, permitiu avançar em direção a uma visão mais ampla quanto à função do Ensino Superior e, principalmente, com relação à sua inserção na comunidade externa, dando as bases para a criação da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, em 1997.

A FUCRI hoje, através da sua Universidade com seus cursos de graduação vinculados às UNAs (Unidades Acadêmicas), programas de pós-graduação, pesquisa e extensão e o IParque (Parque Científico e Tecnológico), além do auxílio da ADITT/Sala dos Municípios, vem demonstrando e efetivando ações de abrangência locorregional que demonstram claramente o seu compromisso comunitário e a sua inserção social.

1.2 Dados da Mantida

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
Av. Universitária, 1.105, Caixa Postal 3.167
Bairro Universitário
Fone: 431-2500
Fax: 431-2750
88806-000 – Criciúma – SC

1.2.1 Base legal

Estatuto registrado no 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas - Cartório Almada Fernandes, Registro n. 02678 em 25/04/2007, livro A-00027, Folha 170.

Regimento registrado no 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas - Cartório Almada Fernandes, Registro n. 02679 em 25/04/2007, livro A-00027, Folha 171.

Reconhecimento como Universidade: Resolução n. 35/97/CEE/SC, datada de 16/10/1997 e publicada no Diário Oficial de Santa Catarina n. 13.795, de 04/11/1997.

Renovação de Credenciamento da UNESC: Decreto n. 3.676, de 01/12/2010, publicado no Diário Oficial de Santa Catarina n. 18.981, página 5.

1.2.2 Histórico da UNESC

A Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC está situada em Criciúma, no Sul de Santa Catarina, município que abrange uma área de

236 km² e possui, aproximadamente, 190.000 habitantes. Em sua origem, Criciúma contou com o trabalho fundamental de colonizadores europeus, com destaque para italianos, alemães, poloneses e portugueses e, posteriormente, negros, vindos de outras regiões do país. Essas etnias tiveram influência significativa no desenvolvimento da cidade de Criciúma e região.

A região Sul catarinense ocupa uma área de 9.049 km² compreendendo 43 municípios que abrigam uma população estimada em 800 mil habitantes, dos quais cerca de 500 mil moram em áreas urbanas. Geopoliticamente, divide-se em três microrregiões, assim designadas: Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL) composta de 17 municípios; Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) constituída por 11 municípios; e Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) formada por 15 municípios.

Por quase um século, a economia Sul-catarinense, tendo Criciúma como centro, pautou-se predominantemente pela extração do carvão mineral até a década de 90, quando a produção mineral cai. A partir daí se inicia o processo de diversificação das atividades produtivas, diversificação baseada principalmente na fabricação de azulejos e na confecção de peças do vestuário.

A ascensão do setor cerâmico estimulou o surgimento de outras atividades econômicas que dão sustentação à produção de pisos e azulejos, como é o caso da indústria de compostos cerâmicos e de máquinas e equipamentos.

Nesse entremeio do setor carbonífero e cerâmico, a indústria do vestuário teve um crescimento exponencial nos anos 80, estimulando atividades correlatas, como lavanderias, serigrafias, estamparias e outras. A região de Criciúma tornou-se, portanto, um dos maiores pólos do jeans no país e da facção domiciliar e industrial.

Podemos dizer então que hoje a economia Sul-catarinense, tendo como centro Criciúma, apresenta como uma economia especializada, na qual se destaca a indústria de revestimentos cerâmicos e ao mesmo tempo

diversificada, nas indústrias de plásticos, tintas, molduras, vestuários, calçados, metal-mecânica e química; integrada, comercializando com todo o mercado nacional e, inclusive, exportando para diversos países, além de sediar várias empresas que fornecem peças e equipamentos.

Criciúma também é um centro de destaque em serviços: educação (UNESC, SATC, etc.), saúde, informática e automação industrial. Em relação à agricultura, a região é referência em termos de produtividade de arroz por hectare (rizicultura), grande produtora de mel, fumo, outros.

Neste contexto é que temos a UNESC.

Constituída como Universidade do Extremo Sul Catarinense pela Resolução n. 35/97/CEE/SC, datada de 16 de outubro de 1997 publicada no Diário Oficial de SC, n. 13.795 de 04/11/97, com os *campi* de Criciúma e Araranguá, tem como finalidade a produção, preservação e disseminação do conhecimento, por meio de ações voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

A UNESC, todavia, não se limita a Criciúma, desenvolve sua ação em todo o extremo Sul catarinense e, inclusive, parte do Rio Grande do Sul.

Como Universidade Comunitária, dada sua origem, expande sua atuação e suas ações com cursos de graduação e pós-graduação nas diferentes modalidades e áreas, articulados, evidentemente, com a pesquisa e a extensão, direcionando todos os seus esforços para empreender e disseminar ações, programas e projetos que concretizem sua finalidade, seus objetivos e sua Missão: "Promover, por meio do ensino, da pesquisa e extensão, o desenvolvimento regional para melhorar a qualidade do ambiente de vida".

Com objetivo de participação, envolvimento, parceria e inserção, preconizada para todas as atividades (ensino, pesquisa e extensão comunitária), a Universidade chegou, no momento presente, a 46 cursos de graduação e 35 cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*) em diversas áreas, quatro mestrados e um doutorado, além do Colégio de Aplicação. Envolve um universo superior a dez mil alunos provindos além da

região, de outras regiões do país e, inclusive, do exterior como Angola, Cabo Verde e outros.

A diversidade cultural, os valores humanos e a multiplicidade de conhecimentos que são trazidos à UNESCO, fortalecem sua missão e todo seu conjunto humano, todo seu arcabouço científico, filosófico e político, todo seu aparato tecnológico e sua estrutura física. Da soma desses atributos é que se chega à vivência dos princípios e valores com que se busca construir seus diferenciais:

No ensino, pela formação profissional de qualidade conforme estabelece a política de ensino institucional (Resolução n. 05/2008/CONSU);

Na pesquisa, pela produção de conhecimento resultante de seus projetos e programas; (Resolução n. 07/2008/CONSU);

Na extensão, pelas ações de desenvolvimento sociocultural, para garantia de sua função como instituição comunitária. (Resolução n. 06/2008/CONSU);

Nos valores humanos e em defesa do ambiente por intermédio de ações integradas com as demandas e exigências da comunidade. (Resolução n. 10/2008/CONSU).

Os termos de sua Missão inserem-se, portanto, nas várias dimensões relacionadas à vida. E, conforme indicado em seu PPP (Projeto Político Pedagógico), esse é o eixo norteador da UNESCO: Somos uma Universidade a serviço da vida.

Vida que se compreende em várias dimensões:

Física e biológica, como qualidade de vida do indivíduo em seu meio ambiente interno e externo;

Psíquica, que significa paz e administração positiva e construtiva dos conflitos inerentes aos movimentos dialéticos da realidade e que também se reflete na vida interpessoal, pela exercitação dos valores humanos na construção de uma sociedade mais fraterna e solidária;

Social, quando se busca a inclusão de todos e a minorização das injustiças;

A par disso também a Consciência planetária, que significa definir novos rumos, valores e modelos, resgatando a sabedoria imemorial das tradições para evitar o colapso ambiental planetário.

1.3 Bases Legais que Apoiam a Criação do Curso

Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Decreto Federal nº 5.622/05 - Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto Federal nº 5.773/06 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Resolução CP/CNE 03/02 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

Portaria MEC nº 4.059/04 - que trata da oferta de 20% da carga horária dos cursos superiores na modalidade semipresencial.

Parecer CES/CNE 436/01 - Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos

Parecer CNE/CP 29/02 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico.

Parecer CNE/CES nº 277/06 - Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.

Resolução n. 01/2007/CSA - Aprova o Regimento Geral da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Resolução n. 02/2011/CÂMARA DE ENSINO GRADUAÇÃO - Aprova Política de Educação a Distância da UNESC.

Resolução n. 13/2011/CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO, que regulamenta a elaboração de projeto de novo curso superior.

Resolução n. 01/2011/CÂMARA ENSINO DE GRADUAÇÃO – aprova critérios de avaliação processual e recuperação para os cursos da UNESC.

2. Justificativa da Criação do Curso

O atual momento em que vivemos apresenta-se como desafio à educação, tendo em vista que o cenário econômico necessita de profissionais cada vez mais qualificados para trabalhar em um mercado exigente, competitivo e dinâmico. Nesse sentido, emergem novas formas de organização e gestão modificando o mundo do trabalho.

Atenta a esses movimentos sociais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, em vários de seus artigos, permite que a questão da educação profissional, seja tratada de maneira “adequada, apropriada, moderna e inovadora”, criando instrumentos que regulamentam a criação de Cursos Superiores de Tecnologia, cujo acesso se dará após a conclusão do ensino médio ou equivalente, podendo seus egressos, portadores de diploma de Tecnólogos, prosseguirem estudos em outros cursos ou programas de educação superior, como os de graduação, pós-graduação (“*lato sensu*” e “*stricto sensu*”) e seqüenciais de formação específica ou de complementação de estudos. “Assim a educação profissional é concebida como integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. (Art. 39 – LDB)

O Parecer CNE/CES 436/2001, que trata dos Cursos Superiores de Tecnologia, afirma que, com o impacto das novas tecnologias, cresce a exigência de profissionais capazes de interagir em situações novas e em constante mutação. Em respostas a esses novos desafios, Escolas e Instituições de educação profissional e Instituições de Ensino Superior buscam diversificar programas e cursos profissionais, atendendo a novas áreas e elevando o nível de qualidade de oferta.

Ainda, de acordo com o parecer citado, a educação profissional passa a ser entendida, não mais como um simples instrumento de política assistencialista ou de ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às

conquistas científicas e às tecnológicas da sociedade. Sendo assim, impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para a execução de um determinado conjunto de tarefas. A educação profissional é muito mais que isso, ela requer de todos os envolvidos, docentes e discentes, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão do processo produtivo de maneira global com a apreensão do saber tecnológico, da valorização da cultura e do trabalho bem como da mobilização necessários à tomada de decisões.

A UNESCO, em conformidade com a sua missão: "Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida", atenta as mudanças legais de criação e denominação de Cursos de Tecnologia, propõe a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade a distância, visando qualificar os profissionais para atuarem neste campo específico, dentro dos princípios da ética e das competências e habilidades nas quais o curso se fundamenta.

A proposta de criação do curso de Tecnologia em Gestão Pública é oportuna uma vez que a Universidade está prestes a receber o credenciamento para a oferta de cursos de graduação na modalidade de EAD. Dessa forma, o curso de Gestão Pública ajudará a consolidar a educação a distância da Instituição, uma vez que até o momento só existe a proposta de oferta do curso de Gestão Comercial. Sabe-se que a oferta de um único curso pode representar uma fragilidade da Universidade perante a comunidade externa, que espera de uma instituição referência como a UNESCO, cursos que atendam as necessidades de pessoas de diferentes setores do mundo do trabalho. Sendo assim, a intenção é aumentar o número de cursos a serem ofertados de forma que os interessados tenham um leque de opções para escolher.

A oferta do curso de Gestão Pública também é viável, pois pretende otimizar os esforços já empreendidos na elaboração do curso de Gestão Comercial, principalmente no que diz respeito aos materiais pedagógicos já produzidos e na infraestrutura necessária. Por essa razão, a proposição da matriz curricular de Gestão Pública contempla na 1ª. fase um conjunto de

disciplinas iguais as do curso de Gestão Comercial, mantendo apenas uma disciplina específica para atração dos ingressantes. Essa estratégia permitirá que os alunos do curso de Gestão Pública e de Gestão Comercial estejam em turmas unificadas em cinco (5) disciplinas, diluindo os custos com material pedagógico, horas de professores e uso de infraestrutura.

A oferta de um número maior de cursos na modalidade de EAD permitirá ainda que alunos de outros cursos da graduação presencial da Unesc possam cursar disciplinas a distância que sejam equivalentes as matrizes curriculares dos seus cursos. Essa possibilidade é um elemento facilitador principalmente para alunos irregulares que podem cursar disciplinas pendentes sem a necessidade de aguardar a formação de turmas presenciais em seus cursos. No caso dos cursos de tecnologia em gestão já implantados na modalidade presencial esse fator é ainda mais significativo, pois pelo fato de serem cursos tecnológicos existe uma semelhança ainda maior entre as disciplinas identificadas como as do eixo específico entre os cursos.

Ainda é importante destacar que os cursos de tecnologia em gestão ofertados na modalidade presencial possuem entrada anual o que dificulta para muitos alunos irregulares a conclusão da formação no tempo desejado. Dessa forma, a possibilidade de se ofertar mais um curso de tecnologia em Gestão na modalidade de educação a distância vai fortalecer a iniciativa da Unesc em atuar nesta modalidade, atender a uma demanda regional e ainda interna de acadêmicos da própria Instituição.

Cabe ressaltar também que a oferta do curso de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade a distância ocorre em virtude da carência de programas de formação nessa área para atender aos profissionais distantes geograficamente dos centros de ensino superior ou que por motivos pessoais ou profissionais não conseguem frequentar um curso presencial, mas que buscam orientação e formação para melhorar os serviços oferecidos em suas empresas.

Em consonância com o que dispõe o Artigo 8º, parágrafo único, inciso VIII da Resolução nº 13/2011 da Câmara de Ensino de Graduação, fora

solicitado ao Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada do IPAT/UNESC a elaboração de pesquisa de demanda na região, no entanto somente foi possível realizar a pesquisa no município de Criciúma o que, de certa maneira, fragiliza os resultados obtidos, porque pretende-se atingir a demanda regional e, também, em função da amostra que entendemos ser insuficiente. Os dados relevantes seguem abaixo (pesquisa completa em anexo):

- 26,36% dos 129 entrevistados que demonstraram interesse em matricular-se em um curso à distância responderam que, como primeira opção, fariam o curso de Tecnologia em Gestão Pública;

- 5,43% dos 129 entrevistados que demonstraram interesse em matricular-se em um curso à distância responderam que, como segunda opção, fariam o curso de Tecnologia em Gestão Pública;

- 3,10% dos 129 entrevistados que demonstraram interesse em matricular-se em um curso à distância responderam que, como terceira opção, fariam o curso de Tecnologia em Gestão Pública;

- Na pontuação geral o curso de Gestão Pública em EAD ficou classificado em primeiro lugar no interesse dos entrevistados.

3. Identificação do Curso

Denominação: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Tipologia: Graduação Tecnológica

Grau: Tecnólogo em Gestão Pública

Campo de atuação: O egresso desse curso estará apto para atuar na área de gestão pública junto aos diversos órgãos e entidades públicas.

Vagas Totais: 120 vagas anuais

Integralização: 2 anos e 6 meses

Início de funcionamento: primeiro semestre de 2012 desde que a UNESC receba o credenciamento para oferta de graduação na modalidade EAD.

Periodicidade de oferta das disciplinas: semestral

Modalidade: a distância

3.1 Carga Horária e Créditos

Total de hora/aula: 1944

Total de horas/relógio: 1620

Total de créditos: 108

3.2 Turno de Funcionamento

A carga horária a distância será gerenciada pelo acadêmico, podendo contar com o auxílio dos professores e monitores. A juízo da coordenação do curso e dependendo das necessidades dos acadêmicos, poderão ser ofertadas disciplinas em horário distinto do estabelecido para o curso. A coordenação do curso definirá os horários dos encontros presenciais e de avaliação dos acadêmicos.

3.3 Processo Seletivo

O ingresso ao curso será realizado uma vez ao ano, até se esgotar a demanda, e será feito mediante processo seletivo por mérito, em conformidade com o que determinará o edital a ser emitido pela Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, que tornará pública as normas e procedimentos relativos ao processo seletivo de ingresso e da respectiva matrícula no curso.

4. Projeto Pedagógico do Curso

4.1 Princípios Políticos e Filosóficos do Curso

A atividade administrativa do Estado, pela diversidade do seu objeto, princípios específicos que possui e o fim público que deseja alcançar, exige do agente público o uso e conhecimento de ferramentas e técnicas específicas. Além disso, os sistemas de controle formais (Controle

Administrativo, Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo e Tribunal de Contas) e o controle exercido diretamente pela sociedade organizada estão a impor ao gestor público a realização da boa administração, ou seja, o efetivo atingimento da satisfação dos interesses coletivos juridicamente relevantes .

“Lubrificar” a máquina pública para concretizar direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana é objetivo primeiro daquele que se dedica a gerir bens, interesses e serviços que pertencem ao Estado.

Na busca deste objetivo primacial do Estado, o administrador público deve utilizar-se das ferramentas de gestão mais eficientes, modernas e adequadas ao caso concreto. Saber estabelecer as necessidades da comunidade administrada e qual a ferramenta adequada para a satisfação das mesmas é uma competência indispensável para todo aquele que se dedica ao “munus público”, ou seja, o encargo de servir aos interesses da coletividade.

Hely Lopes Meirelles conceitua Administração Pública da seguinte forma:

Em sentido lato, administrar é gerir interesses, segundo a lei, a moral e a finalidade dos bens entregues à guarda e conservação alheias. Se os bens e interesses geridos são individuais, realiza-se a administração particular; se são da coletividade, realiza-se administração pública. Administração pública, portanto, é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do Direito e da Moral, visando o bem comum.¹

Ao discorrer acerca da função administrativa e dos deveres do administrador público, Celso Antônio Bandeira de Mello apresenta importante lição:

Quem exerce “função administrativa” está adstrito a satisfazer interesses públicos, ou seja, interesses de outrem: a coletividade. Por isso, o uso das prerrogativas da Administração é legítimo se, quando e na medida indispensável ao atendimento dos interesses públicos;

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 79

vale dizer, do povo, porquanto nos Estados Democráticos o poder emana do povo e em seu proveito terá de ser exercido.

Tendo em vista este caráter de assujeitamento do poder a uma finalidade instituída no interesse de todos – e não da pessoa exercente do poder -, as prerrogativas da Administração não devem ser vistas ou denominadas como “poderes” ou como “poderes-deveres”. Antes se qualificam e melhor se designam como “deveres-poderes”, pois nisto se ressalta sua índole própria e se atrai atenção para o aspecto subordinado do poder em relação ao dever, sobressaindo, então, o aspecto finalístico que as informa, do que decorrerão suas inerentes limitações.²

A doutrina revela que o administrador público, para bem atender as finalidades de sua função deve saber utilizar os poderes que a supremacia que o Estado detém sobre todos os indivíduos lhe oferece, sob pena de estebelecer como fundamento de sua gestão interesses outros que não os coletivos.

A importância de agentes públicos qualificados para a realização de uma administração eficiente decorre da complexidade que a atividade administrativa impõe, por possuir ferramentas específicas, pelas necessidades coletivas, que são diversas e evoluem com o passar do tempo e as características de cada comunidade administrada.

Por outro lado, a qualificação profissional é uma garantia de que os atos administrativos estão sendo exarados de acordo com as técnicas da boa gestão pública, conferindo segurança àquele que se habilita a tal desiderato.

Mais que apenas possuir um emprego ou cargo público, aquele que se dedica à gestão pública deve ter consciência da importância do exercício de sua função para a coletividade. Acredita-se que, por meio de uma gestão voltada a satisfação dos interesses coletivos relevantes da coletividade, estar-se-á concretizando o primado da democracia plasmado no texto constitucional. Assim, torna-se imperioso que o agente público mantenha-se em constante atualização e, principalmente, sintonizado com as necessidades coletivas.

Nesse contexto, o curso se propõe a capacitar os diversos profissionais que atuam ou desejam atuar nos diversos órgãos e entidades que

² MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 13 ed. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 32

compõe a administração pública de todos os entes federados, oportunizando ao acadêmico qualificar-se com as atuais ferramentas de gestão pública. A preocupação com a formação humanística e com a formação acadêmica complementa, também, o objetivo e a finalidade do curso. Colocar em prática os conhecimentos adquiridos de forma criativa, propositiva e pautados nos princípios dos valores humanos essenciais, deve ser uma das preocupações do tecnólogo em Gestão Pública.

Desse modo, o acadêmico, ao optar pelo Curso de Gestão Pública, terá acesso a essas e outras informações que permitirão uma melhor atuação junto ao aparelho estatal. O curso então objetivará formar profissionais para atuarem na Administração Pública de forma legal, legítima, ética, criativa, pró-ativa, tornando-o capaz de enfrentar os desafios que emergem dessa atividade.

4.1.1 Perfil do Discente a Ser Formado / Egresso

Tendo em vista as competências profissionais tecnológicas expressas no objetivo e no compromisso ético da Instituição, de “Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida”, o profissional do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública deverá desenvolver as seguintes Habilidades e Competências:

Quadro de HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	
1	Administrar os mais variados conflitos, tendo nos valores humanos os princípios norteadores da discussão interna.
2	Assumir uma postura pró-ativa, buscando contribuir para a melhoria do ser humano e das organizações.
3	Atuar de forma criativa, eficiente e dinâmica.
4	Desenvolver atividades com base no conhecimento de leis, normas, procedimentos e padrões relacionados à gestão pública.
5	Desenvolver estratégias de gestão que atendam as necessidades do público envolvido, seguindo os preceitos morais e éticos.

6	Desenvolver habilidade de leitura, interpretação e argumentação, a partir de análises, relações, comparações e questionamentos das informações, situações e realidades apresentadas.
7	Desenvolver o espírito de liderança, criticidade e ética.
8	Desenvolver o espírito investigativo, nas resoluções de problemas, produzindo relatórios específicos.
9	Deter o conhecimento das atribuições dos órgãos públicos, no âmbito federal, estadual e municipal, bem como da sua relação com a iniciativa privada.
10	Identificar necessidades na área pública, de âmbitos federal, estaduais ou municipais.
11	Identificar os sistemas de operações utilizados na dinâmica da gestão pública.
12	Ter conhecimento teórico e descritivo dos processos relacionado ao seu ambiente de trabalho.
13	Ter facilidade de acesso a informações e serviços relacionados à área pública.
14	Ter habilidade no tratamento com as pessoas, compreendendo-as nas suas necessidades e possibilidades.
15	Ter nos valores inspiradores da sociedade democrática, responsabilidade social, justiça e ética, a base para ação pessoal e profissional.
16	Ter visão crítica e ampla da legislação vigente relacionada à gestão pública.
17	Utilizar ferramentas de gestão pública, tendo visão geral e estratégica da atividade administrativa do Estado.
18	Utilizar novas tecnologias, desenvolvendo ações voltadas para a construção de uma cultura e linguagem voltada para a gestão pública.

O curso propiciará ao aluno, além das atividades curriculares, possibilidade de programas de atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico, estímulo à realização de atividades acadêmicas e eventos complementares, bem como apoio à realização de estágios não obrigatórios e atividades complementares e acompanhamento do egresso.

4.1.2 Metodologia de Ensino

A organização didático-pedagógica do curso apresenta a matriz curricular organizada em módulos compostos por disciplinas de Núcleo Comum

e disciplinas Específicas que configuram o seu currículo pleno, propiciando a aquisição do saber de forma articulada.

Neste enfoque, privilegiam-se: o compartilhamento de disciplinas por professores de diferentes áreas do conhecimento; a integração entre teoria e prática, na seleção de conteúdos, metodologias e procedimentos de ensino. A estratégia pedagógica deverá abranger características que aperfeiçoem a comunicação interpessoal, reconheça a importância da ética profissional e desenvolva a capacidade do educando, dando a ele as ferramentas básicas para atuar no mercado de trabalho.

Assim, a matriz curricular prevista para esse curso parte da necessidade de atualizar e/ou subsidiar os profissionais ligados à área de gestão pública, no que se refere aos conhecimentos científicos e tecnológicos, ao desenvolvimento das competências e habilidades humanísticas e aos conhecimentos teórico-práticos para o exercício da profissão. Nesse sentido, o Curso se prontificará a manter diálogo constante com os profissionais da área de gestão pública, para que, desse modo, possa, de certa forma, garantir a qualidade e a constante atualização e exigências do mercado.

Neste curso será utilizada a modalidade a distância, pois os modelos de educação com incorporação dos recursos das tecnologias da comunicação e informação, especialmente com uso de redes e de sistemas multimídia, estão permitindo às instituições educacionais ganhos em escala no atendimento e na qualidade da interatividade oferecida aos alunos, permitindo implementar efetivamente práticas de aprendizagem colaborativas e cooperativas .

Essa modalidade de educação pode induzir o processo de mudança na prática, por possibilitar a ruptura dos muros escolares. Nesse sentido, o uso da tecnologia deve ser reflexo do trabalho pedagógico e não o contrário. As tecnologias de informação e comunicação apresentam-se como importantes ferramentas, que podem viabilizar uma práxis pedagógica inovadora.

As aulas a distância serão organizadas e desenvolvidas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA da UNESC. Os professores terão semanalmente horários de tutoria conforme cronograma que será apresentado

juntamente com o plano de ensino disponibilizado na sala virtual da disciplina. As disciplinas serão oferecidas de acordo com os módulos aos quais pertencem e cronograma previamente organizado pela Coordenação do Curso e equipe do Setor de Educação a Distância.

O trabalho acadêmico objetivará levar o educando a refletir, questionar e a tomar decisões de como operacionalizar a sua prática profissional tendo em vista as competências e habilidades apontadas pelo curso. Para isso, tornam-se necessário que os conteúdos, além de estarem atualizados, estejam voltados para práticas profissionais específicas do curso e encadeadas com o módulo a que pertencem.

O envolvimento do acadêmico na aprendizagem deve proporcionar a formação do profissional intelectualmente competente, capaz de trabalhar em equipe, comprometido com o compromisso social e educacional.

O Curso de Tecnologia em Gestão Pública irá fomentar o interesse pelo ensino, pesquisa e extensão, por meio de práticas educativas desenvolvidas nas aulas como: projetos de pesquisa bibliográfica e/ou de campo multi ou interdisciplinar, elaboração de cases aplicativos e/ou integrativos, produção de trabalhos disciplinares e interdisciplinares e incentivar a participação nos Programas de Iniciação Científica e em Programas de Ações Comunitárias.

Para o desenvolvimento do curso é fundamental que seja desenvolvido material pedagógico específico para as atividades a distância de cada disciplina com o objetivo de garantir e melhorar o processo ensino-aprendizagem.

4.1.2.1 Seminário Temático

Para contribuir também com a formação integral do profissional de Gestão Pública, foram inseridos os Seminários Temáticos, os quais foram idealizados como elos no processo de ensino-aprendizagem do acadêmico

além de promover a integração do estudante, e a interdisciplinaridade, oportunizando vivências na administração das organizações públicas.

Nos módulos II e IV (3ª e 5ª fases respectivamente) da matriz curricular, são previstos Seminários Temáticos nos quais o acadêmico desenvolverá estudo sobre a Gestão Pública, relacionando-o com a realidade em que está inserido e com, pelo menos, uma das disciplinas cursadas em cada módulo e com as demais já cursadas. Os resultados desse estudo de caso serão apresentados, por escrito, ao professor/tutor e disponibilizados, para fins de socialização, no ambiente virtual da disciplina de Seminário Temático conforme cronograma.

No Módulo II, na disciplina de Seminário Temático I, o acadêmico deve realizar pesquisa de estudo de caso focalizando, pelo menos, uma das disciplinas dos módulos I e II:

Licitações e Contratos Administrativos
Direito Tributário
Sistemas Governamentais de Administração
Sistemas de Controle da Administração Pública
Administração de Empresas Estatais
Direito Empresarial
Fontes de Financiamentos Públicos
Políticas Públicas e Sociedade

No Módulo IV, na disciplina de Seminário Temático II, o acadêmico deve realizar pesquisa de estudo de caso focalizando, pelo menos, uma das disciplinas do módulos III e IV:

Conflito, Negociação e Processo Decisório
Elaboração e Análise de Projetos
Instituições de Direito Público e Privado
Licitações e Contratos Administrativos
Contabilidade Pública
Economia do Setor Público
Serviços Públicos e Poder de Polícia
Gestão por Resultados
Planejamento e Orçamento Público

4.1.2.2 Material Didático

O projeto prevê uma ampla utilização de materiais didáticos e objetos de aprendizagem baseados nas mídias digitais, com grande ênfase na promoção da interação, possibilitada pelos recursos tecnológicos, em especial a Internet, e que possibilitem o desenvolvimento da abordagem interdisciplinar e contextualizada, favorecendo a integração dos conteúdos do curso. A preparação desses materiais envolve conhecimento verticalizado dos conteúdos teóricos a serem discutidos, aliados ao domínio técnico das ferramentas de produção desses materiais, bem como de uma visão estética e de comunicação. Assim, os materiais didáticos são preparados pelos professores com o apoio de profissionais do Setor de Educação a Distância para dar suporte tecnológico e/ou pedagógico e de monitores que transitem entre as duas áreas. A tecnologia voltada à web permitirá o uso de mídias com áudio, vídeo e animações.

Portanto, a proposta do curso na modalidade a distância tomará por base o uso de material multimídia com possibilidade de disponibilizar versão para impressão e “on-line”, no Ambiente Virtual de Aprendizagem, apoiados nas redes de computadores, maximizando as potencialidades da Internet, visando um aprendizado cooperativo e colaborativo. Essa colaboração e cooperação, fomentada pelo uso de ferramentas próprias, acompanhada de ambientes de aprendizagem virtuais propiciam a interação entre aluno-aluno, professor-aluno, aluno-professor, aluno-grupo, professor-grupo e grupo-grupo. Inicia-se, assim, a criação de comunidades virtuais e de capital intelectual coletivo, em que as possibilidades de crescimento individual são potencializadas.

É relevante citar a preocupação da equipe de trabalho com a elaboração do material didático. Deve-se ter em conta que a interlocução entre o professor e o estudante não ocorre necessariamente em um mesmo tempo

e/ou espaço. Portanto o processo educativo deve ser precedido de um rigoroso planejamento, principalmente na elaboração do material didático. Isso não exclui a necessidade do aluno em buscar outras fontes bibliográficas de estudo, indicadas pelos professores das disciplinas em seus planos de ensino.

Os professores receberão formação sobre o uso correto da tecnologia e das técnicas mais apropriadas na criação de material para a web. A criação de material didático será rica de imagens, estudos de casos, vídeos, animações e links de navegação.

Será parte integrante dos materiais didáticos do curso um Guia Geral para o Estudante, divulgado em diferentes suportes, com informações claras sobre EAD, os objetivos do curso, as formas de interação entre docentes, tutores, monitoria e alunos, e ainda as formas e critérios de avaliação e demais informações necessárias para o curso.

O aluno também contará com um Guia de Organização dos Conteúdos, elaborado a cada período letivo, divulgado em diferentes suportes, contendo cronograma, dinâmica do processo ensino-aprendizagem, e demais informações necessárias ao período letivo.

Os materiais serão avaliados previamente (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes visando aperfeiçoamento. Também serão realizadas avaliação e revisão periódica e continua dos materiais educacionais, garantindo a melhoria dos mesmos nos aspectos científico, cultural, ético e estético, didático-pedagógico, motivacional e das tecnologias.

4.1.2.3 Mecanismos Gerais de Interação

A UNESCO dispõe de um ambiente virtual de aprendizagem – AVA – e uma sala de web conferência que permitirá a interação entre professor, aluno e tutor. Nessas ferramentas tecnológicas, realizar-se-ão as seções de bate-

papo, correio eletrônico, listas de discussão, fóruns, aulas expositivas, etc. A Instituição ainda manterá uma linha de telefone e fax exclusiva para tirar dúvidas dos participantes do curso.

Propõe-se um sistema de organização da aprendizagem que leve em conta aspectos como:

- Ampliação dos meios utilizados, dos instrumentos de ensino que possibilitem ao aluno um retorno efetivo às suas dúvidas e anseios;
- Disponibilização de material didático interativo que propiciem o diálogo necessário no processo de análise e produção do conhecimento nas áreas de formação a que foram propostos;
- Efetivação de um sistema de acompanhamento e avaliação comprometido com a assistência sistemática do aluno, e caracterizando seu processo de estudos por meios que conduzam o aluno a se sentir incluído e participante nos percursos de sua formação. Realizado permanentemente, permite o acompanhamento e a avaliação da performance e o desenvolvimento do aluno, por meio da resolução de suas dúvidas, questionamentos, proposições e outros.

O atendimento ao aluno poderá acontecer por meio do AVA, “webconference”, correio, e-mail, telefone, fax, ou na própria sala do Sead. As aulas a distância serão ministradas pelo professor da disciplina sendo assessorado pelo tutor. A relação numérica entre tutor e aluno é de 1/40. A UNESC manterá um laboratório de informática estruturado para atendimento dos participantes do curso. Durante o curso, tanto a monitoria como a tutoria da disciplina em execução poderá agendar horários para atendimento individualizado com os alunos residentes ou não nas proximidades da Universidade. Da mesma forma, o aluno terá acesso ao atendimento da monitoria “on-line” em horários a serem definidos e informados no início do curso.

4.1.2.4 Estágio Curricular Não-Obrigatório

Para complementar os conhecimentos extra-classe e vivenciar a prática diária das organizações, os acadêmicos do curso de Tecnologia em Gestão Pública poderão efetuar estágios não-obrigatórios em áreas relacionadas à gestão pública.

4.1.3 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação do desempenho escolar seguirá o estabelecido pelo Regimento Geral da Universidade (Resolução n. 01/2007/CSA), bem como os critérios de avaliação processual e recuperação para os cursos da UNESC (Resolução n. 01/2011/CÂMARA ENSINO DE GRADUAÇÃO) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, no que se refere aos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão.

A avaliação precisa estar a serviço do ensino, ou seja, a avaliação precisa abrir espaços para o diálogo e para outros conhecimentos. Nesse sentido, entendemos que a avaliação é um processo investigativo, interativo e permanente de apropriação e redimensionamento do conhecimento. Reforça-se que as disciplinas oferecidas a distância realizarão as avaliações a distância e presencial, com datas marcadas previamente no cronograma da disciplina. O aluno será submetido à avaliação presencial obrigatória por disciplina, conforme determinado no § 2, Art. 4, Decreto nº 5622/2005, a sendo que 60 % da mesma será presencial e 40% à distância.

4.1.3.1 Aproveitamento de Disciplinas, Suficiência e Certificações Intermediárias

O aproveitamento de disciplinas cursadas pelo acadêmico em cursos regulares será feito por meio da análise detalhada dos programas

desenvolvidos em consonância com o perfil profissional estabelecido para o concluinte do curso.

O acadêmico poderá, mediante a realização de avaliação individual específica para tal finalidade, aproveitar as competências profissionais adquiridas no trabalho, conforme Resolução CNE/CP 3, de 18 de Dezembro de 2002 e Resolução 76/2009 da Câmara de Ensino de Graduação.

4.2 Objetivos do Curso

4.2.1 Objetivo Geral

Contribuir para a formação de profissionais aptos à formulação e implementação de políticas públicas, almejando a qualificação do gerenciamento de bens, serviços e interesses públicos, priorizando a satisfação das necessidades coletivas.

4.2.2 Objetivos Específicos

Os egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade de Ensino a Distância estarão aptos a desenvolver, no exercício de suas atividades profissionais, as funções típicas de gestor público. Para tanto se destacam os seguintes objetivos específicos:

- Capacitar indivíduos para o uso de ferramentas jurídico-administrativas voltadas para o setor público, estimulando reflexões sobre o emprego desses conhecimentos para melhorar a qualidade das atividades administrativas do Estado;
- Qualificar o indivíduo para atuar junto ao setor público, conforme critérios e orientações da moderna gestão;

- Contribuir com a coerente organização dos órgãos e entidades públicas e com as organizações que com eles se relacionam;
- Capacitar pessoas para atuar como agentes de mudança nos ambientes organizacionais em que estão inseridos.
- Formar indivíduos capazes de identificar problemas e buscar alternativas para a construção de soluções a partir de instrumentos que permitam a avaliação de políticas públicas.

4.2.3 Organização Didático-Pedagógica do Curso

4.2.3.1 Matriz Curricular

O curso é desenvolvido em quatro módulos, conforme ilustra a matriz curricular proposta a seguir.

Curso: Tecnologia em Gestão Pública - EAD	Carga Horária: 1620 horas relógio							
Habilitação: Tecnólogo em Gestão Pública	Integralização: Mínimo = 5 semestres							
DISCIPLINAS	FASES					Total Crédito	Hora Aula	Hora Relógio
	1	2	3	4	5			
Módulo I – 1ª fase								
Fundamentos da Administração	4					4	72	60
Fundamentos da Informática	2					2	36	30
Gestão Contábil	4					4	72	60
Introdução à Administração Pública	4					4	72	60
Instrumentalização para EAD	4					4	72	60
Sociologia	2					2	36	30
TOTAL						20	360	300
Módulo I – 2ª fase								
Administração de Empresas Estatais		4				4	72	60
Direito Empresarial		4				4	72	60
Fontes de Financiamentos Públicos		4				4	72	60
Políticas Públicas e Sociedade		4				4	72	60
Matemática Financeira		4				4	72	60
TOTAL						20	360	300
Módulo II – 3ª fase								
Direito Administrativo			4			4	72	60
Gestão dos Bens Públicos			4			4	72	60
Sistemas Governamentais de Administração			4			4	72	60
Sistemas de Controle da Administração Pública			4			4	72	60

Seminário Temático I			4			4	72	60
Metodologia Científica e da Pesquisa			2			2	36	30
TOTAL						22	396	330
Módulo III – 4ª fase								
Conflito, Negociação e Processo Decisório			4			4	72	60
Elaboração e Análise de Projetos			4			4	72	60
Instituições de Direito Público e Privado			4			4	72	60
Licitações e Contratos Administrativos			4			4	72	60
Redação Oficial			2			2	36	30
Optativa			4			4	72	60
TOTAL						22	396	330
Módulo IV – 5ª fase								
Contabilidade Pública					4	4	72	60
Economia do Setor Público					4	4	72	60
Serviços Públicos e Poder de Polícia					4	4	72	60
Gestão por Resultados					4	4	72	60
Planejamento e Orçamento Público					4	4	72	60
Seminário Temático II					4	4	72	60
TOTAL						24	432	360
Total	20	20	22	22	24	108	1944	1620
TOTAL DA MATRIZ CURRICULAR EM HORAS RELÓGIO								
1944 h/a = 1620h								

Observações:

1) ENADE – será componente curricular obrigatório para a conclusão do curso.

2) Certificação: De acordo com a Resolução nº 03/2002/CNE-CP, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para os cursos superiores de tecnologia, no curso de tecnologia em Gestão Pública poderá ser concedida certificação de qualidade profissional após a conclusão dos módulos, conforme segue:

*Assistente de Gestão Pública (Módulos I e II – após a conclusão da primeira, segunda e terceira fases), perfazendo um total de 1116 horas/aula;

*Analista de Gestão Pública (Módulo III – após a conclusão da quarta fase), perfazendo um total de 396 horas/aula;

Planejamento e Orçamento Público				4	5				9	10	11	12				16	17	
Políticas Públicas e Sociedade	1	2	3		5		7	8	9	10		12	13	14		16		
Redação Oficial					6													18
Seminário Temático I			3		6	7	8				11					16	17	18
Seminário Temático II			3		6	7	8				11					16	17	18
Serviços Públicos e Poder de Polícia				4	6				9		11	12				16	17	
Sistemas de Controle da Administração Pública				4	6				9		11	12				16	17	
Sistemas Governamentais de Administração			3	4	5				9		11	12						17
Sociologia	1	2	3				7	8							14	16		

DISCIPLINAS OPTATIVAS	Habilidades e Competências																		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	1	2	3	4	5			8	9				13	14	15	16	17		
Gestão de Pessoas na Administração Pública	1	2	3				7	8	9		11	12		14	15				
Língua Brasileira de Sinais - Libras -		2	3												15				
Marketing de Relacionamento	1	2					7							14	15				
Marketing Público		2	3		5				9									17	
Produção e Interpretação de Textos - PIT						6												18	
Tecnologia e Inovação			3									11	12	13				17	18

4.2.3.2 Execução da Matriz Curricular

A matriz curricular, acima exposta, obedece tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais em termos de competências/habilidades como também as obrigatoriedades estabelecidas pela UNESCO.

Em termos de execução das aulas, como forma de promover a graduação e aprofundamento dos conhecimentos que levarão à formação do futuro profissional que se quer, as disciplinas partem, nas primeiras fases, das bases iniciais da função/profissão e do contexto loco/social para chegar, ao final, a possibilidade de o aluno, já com suporte de conteúdo, técnico, humano e teórico, promover a reflexão e intervenção na realidade em que está inserido.

Caberá ao docente, em sua programação, estabelecer a integração e aprofundamento dos conteúdos das disciplinas, que ocorrerão na modalidade a distância.

A matriz curricular dará ênfase de maneira bastante evidente às disciplinas específicas do curso, porque essas serão mais um instrumento facilitador ao desenvolvimento das competências e habilidades, abrindo um leque de oportunidades de aprofundamento. Ao mesmo tempo se priorizará as diferenças, pela flexibilização de oferta de cumprimento de várias atividades como descrito no documento proposto que poderá, ao longo do curso, ser melhorado e ampliado pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE ou pelo Colegiado de Curso.

4.2.3.3 Conteúdos Curriculares

Módulo I – 1ª Fase

Disciplina: Fundamentos da Administração	
Créditos: 04	Hora/ Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Teoria geral da administração. As funções do administrador. Escolas da administração. Evolução da teoria da administração. Administração uma visão de futuro. Relações humanas na administração. A comunicação na administração. Cultura organizacional. Áreas funcionais de organizações: fundamentos e características. As organizações e a responsabilidade social.	

Disciplina: Fundamentos da Informática	
Créditos: 02	Hora/Aula: 36h/a – 30h/r
Ementa: Utilização do computador por meio do sistema operacional do tipo “Windows” e aplicativos de: Edição de texto, planilha eletrônica e de apresentação. Utilização da internet e redes internas.	

Disciplina: Gestão Contábil	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Princípios contábeis. Regimes contábeis e apuração de resultados. Os relatórios contábeis. Noções de análise dos relatórios contábeis para uso empresarial. Demonstrações contábeis – estrutura e análise. Informações e relatórios gerenciais. Depreciação, amortização e exaustão. Critérios de avaliação de estoques.	

Disciplina: Introdução à Administração Pública	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Estado e Governo. Papel do administrador público. Administração	

Pública e respectivos fatores culturais no Brasil. Organização administrativa do Estado Brasileiro. Poderes Administrativos.

Disciplina: Instrumentalização para EAD

Créditos: 04

Hora/Aula: 72h/a – 60h/r

Ementa: Conceitos básicos de informática. Formação tecnológica sobre serviços da Internet. Ambientes virtuais de aprendizagem. O aluno na EaD. Ferramentas de interação na EAD e de produção para Web. Produção de trabalhos cooperativos e colaborativos.

Disciplina: Sociologia

Créditos: 02

Hora/Aula: 36h/a – 30h/r

Ementa: Contexto histórico do surgimento da sociologia. A sociologia como ciência. Os clássicos da sociologia. As instituições e as organizações da sociedade. Questões sociológicas na modernidade e os novos paradigmas.

Módulo I – 2ª Fase

Disciplina: Administração de Empresas Estatais

Créditos: 04

Hora/Aula: 72h/a – 60h/r

Ementa: Empresas estatais: concepção; objetivos; regime jurídico; extinção; economia e finanças. A organização das empresas estatais e o futuro. Exploração estatal de atividades econômicas.

Disciplina: Direito Empresarial

Créditos: 04

Hora/Aula: 72h/a – 60h/r

Ementa: Introdução do Estudo do Direito: o Direito como ciência; Fontes do direito; Teoria da norma jurídica; O direito como norma de conduta. Direito Empresarial: conceito; o empresário; atividades econômicas civis; obrigações comuns a todos os empresários; a sociedade limitada; a sociedade anônima; o crédito e os títulos de crédito; falência e recuperação de empresa. Direito Tributário: o tributo e suas espécies; princípios constitucionais tributários; obrigação tributária; responsabilidade tributária; impostos federais, estaduais e municipais.

Disciplina: Fontes de Financiamentos Públicos

Créditos: 04

Hora/Aula: 72h/a – 60h/r

Ementa: Modalidades de transferências governamentais. Instrumentos de transferências governamentais para entidades privadas. Procedimentos necessários para captação de recursos públicos. Celebração e requisitos para execução. Gastos proibidos. Contrapartida e prazos para realização da despesa. Fiscalização e controle.

Disciplina: Políticas Públicas e Sociedade

Créditos: 04

Hora/Aula: 72h/a – 60h/r

Ementa: Políticas públicas. Análise de políticas brasileiras nas áreas da saúde, educação, moradia, saneamento básico, suplementação alimentar, previdência, segurança, entre outras. Políticas inclusivas, diretrizes e práticas excludentes. Desafios e Perspectivas.

Disciplina: Matemática Financeira

Créditos: 04

Hora/Aula: 72h/a – 60h/r

Ementa: Introdução a Matemática financeira, Fluxo de Caixa, Juros Simples, Juros Compostos, Desconto Simples, Desconto Composto, Taxas Proporcionais, Taxas Equivalentes, Taxa Nominal, Taxa Efetiva, Sistemas de Amortização.

Módulo II – 3ª Fase

Disciplina: Direito Administrativo

Créditos: 04

Hora/Aula: 72h/a – 60h/r

Ementa: Conceituação. Separação de Poderes e função administrativa. Administração Pública. Princípios. Atos administrativos. Processo administrativo.

Disciplina: Gestão dos Bens Públicos

Créditos: 04

Hora/Aula: 72h/a – 60h/r

Ementa: Domínio Público. Definição e classificação. Afetação e desafetação. Bens públicos em espécie: domínio terrestre e domínio hídrico. Formas de utilização dos bens públicos. Derelicção.

Disciplina: Sistemas Governamentais de Administração

Créditos: 04

Hora/Aula: 72h/a – 60h/r

Ementa: Sistema Integrado de Administração do Governo Federal - SIAFI. Subsistemas e Ferramentas de apoio à gestão do SIAFI. Projeto SIAFI Século XXI. Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios - SIAFEM. Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de SC - SIGEF/SC. Perspectiva futura: integração dos sistemas nos três níveis de governo.

Disciplina: Sistemas de Controle da Administração Pública

Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Controle Social. Autotutela. Sistema de freios e contrapesos: Poder Executivo, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas.	

Disciplina: Seminário Temático I	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Execução e apresentação do estudo de caso aplicado na área de abrangência do curso.	

Disciplina: Metodologia Científica e da Pesquisa	
Créditos: 02	Hora/Aula: 36h/a – 30h/r
Ementa: A universidade do contexto social. Conhecimento e ciência: fundamentos históricos, método e pesquisa científica. Estrutura e apresentação de trabalhos acadêmicos de acordo com as Normas da ABNT.	

Módulo III – 4ª Fase

Disciplina: Conflito, Negociação e Processo Decisório	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: A estrutura do conflito. Processo de resolução de conflitos e negociação. Processo decisório. Tipos de decisão. Etapas do processo de tomada de decisão. Os agentes envolvidos no processo de decisão. Centralização e descentralização. Participação nas decisões. Avaliação dos resultados: eficiência, eficácia e efetividade.	

Disciplina: Elaboração e Análise de Projetos	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Técnicas de elaboração, análise e avaliação de projetos de investimentos públicos e privados. Projeto: conteúdo, métodos de avaliação, análise de viabilidades econômica e financeira, análise de risco, custo/benefício e alternativas de investimento. Estudos de projetos de desenvolvimento implantados com financiamento de organismos nacionais e internacionais de desenvolvimento.	

Disciplina: Instituições de Direito Público e Privado	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Estado de Direito. Direito Constitucional. Noções de Direito Civil e de Direito Penal. O Direito e a Administração Pública.	

Disciplina: Licitações e Contratos Administrativos	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Licitações: conceito; objetivos; princípios; modalidades; tipos; publicidade; dispensa; inexigibilidade. Edital. Quem e quando licitar. Contratos Administrativos: conceito; características; prerrogativas da administração pública; anulação; prazos e prorrogação. Rescisão. Formalidades. Sanções. Equilíbrio Econômico-Financeiro.	

Disciplina: Redação Oficial	
Créditos: 02	Hora/Aula: 36h/a – 30h/r
Ementa: Aspectos gerais da redação oficial. Comunicações Oficiais: ofício, memorando, requerimento, ata. Atos Normativos: lei, medida provisória, decreto, portaria. Atos Administrativos. Manual de redação da Presidência da República.	

Módulo IV – 5ª Fase

Disciplina: Contabilidade Pública	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Receitas e despesas públicas. Restos a pagar. Dívida pública. Regimes de precatórios. Plano de contas e lançamentos contábeis. Balanços públicos: estrutura e conteúdo e análise e interpretação. Responsabilidade Fiscal e suas responsabilidades.	

Disciplina: Economia do Setor Público	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: As atribuições econômicas do Governo e o crescimento do setor público. Participação do Estado na economia. Os gastos do setor público. As receitas tributárias do setor público. Política fiscal e estabilização econômica. A despesa e a receita pública como instrumento de estabilização de preços. Dívida pública. Política de incentivos fiscais. Federalização Fiscal. Política fiscal e distribuição de renda.	

Disciplina: Serviços Públicos e Poder de Polícia	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Serviço Público: definição; formas de prestação direta e indireta; outorga e delegação; concessão, permissão e autorização. Poder de polícia. Polícia legislativa, polícia administrativa e polícia judiciária. Restrição aos direitos fundamentais.	

Disciplina: Gestão por Resultados
--

Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Estado, Governo e Sociedade. Cidadania como estratégia de transformação. A eficiência Orçamentária na Administração Pública. Gerenciamento por Resultados. Definição por Resultados no serviço Público. Mensurar o desempenho no serviço Público. A responsabilidade e o Dever de prestar contas ao Cidadão.	

Disciplina: Planejamento e Orçamento Público	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Histórico do Planejamento Público. Planejamento Governamental: conceitos; técnicas; níveis; análise dos ambientes interno e externo; objetivos; metas, dinâmica e amplitude. Elaboração, aprovação, conteúdo e execução do orçamento público. Plano Plurianual (PPA) e Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Orçamentária Anual (LOA). Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Visão planejamento nacional, setorial, estadual e local.	

Disciplina: Seminário Temático II	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Execução e apresentação do estudo de caso aplicado na área de abrangência do curso.	

Disciplinas Optativas

Disciplina: Gestão Ambiental e Sustentabilidade	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; desenvolvimento sustentável; legislação ambiental; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental.	

Disciplina: Gestão de Pessoas na Administração Pública	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Sistemas de informações gerenciais na gestão de pessoas. Comportamento humano nas organizações. Gerenciamento de equipes. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público.	

Disciplina: Introdução ao Estudo de Libras	
Créditos: 04	Hora/Aula: 72h/a – 60h/r
Ementa: Constituição do sujeito surdo. A relação da história da sudez com a língua de sinais. Noções básicas da Língua de sinais Brasileira: o espaço de sinalização; o espaço de sinalização, os elementos que constituem os sinais, noções sobre a estrutura da língua, a língua em uso em contextos triviais de	

comunicação.

Disciplina: Marketing de Relacionamento
--

Créditos: 04

Hora/Aula: 72h/a – 60h/r

Ementa: O que é Marketing de Relacionamento (MR) – principais conceitos, aplicações e benefícios do MR. O valor do Cliente para as organizações. A gestão do Relacionamento com o Cliente: Conceitos Fundamentais para a Implantação de um projeto de CRM. Estratégias de MR para Captar, Reter e Fidelizar Clientes.
--

Disciplina: Marketing Público

Créditos: 04

Hora/Aula: 72h/a – 60h/r

Ementa: Introdução ao Marketing: natureza, escopo e papel em organizações lucrativas e não lucrativas. Planejamento estratégico de marketing governamental. Ambiente econômico; social; legal; tecnológico, político e competitivo. Decisões e estratégias de Comunicação - estratégias aplicados às organizações públicas.
--

Disciplina: Produção e Interpretação de Textos

Créditos: 04

Hora/Aula: 72h/a – 60h/r

Ementa: Leitura, produção e interpretação de textos; Gêneros textuais; Recursos de argumentação; A gramática no texto; Estrutura textual.
--

Disciplina: Tecnologia e Inovação
--

Créditos: 04

Hora/Aula: 72h/a – 60h/r

Ementa: História da tecnologia. Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. Principais condicionantes do processo de inovação tecnológica. Gestão da inovação tecnológica. Avaliação de projetos de P&D. Financiamento para a inovação no Brasil. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais. Novas tecnologias e suas implicações sociais. As TICs em foco.

5 Corpo Social: Coordenação do Curso, SEAD, Docentes, Tutores, Monitores

A gestão do Curso será realizada por: Colegiado do Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), Coordenador do Curso e Coordenador de EaD.

5.1 Coordenação do Curso

A coordenação do curso de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade a distância será exercida por um docente da Unesc, com experiência comprovada em Educação a Distância. Os demais critérios e atribuições constam do Estatuto e Regimento da Unesc.

O primeiro coordenador do curso será escolhido pelo Reitor e seu mandato terá a duração até a primeira eleição, que se realizará somente no semestre seguinte após o reconhecimento do curso, conforme consta do § 2º do Art.32 do Estatuto da Unesc.

As atribuições do coordenador do curso constam da Seção VI do Regimento da Unesc que inclui a responsabilidade pela distribuição das disciplinas previstas na matriz curricular e, juntamente com o NDE e Colegiado do Curso, aprovar os pré-requisitos, conteúdos de ensino e os processos pedagógicos que garantam a operacionalização do mesmo.

Além das atribuições previstas no Regimento da Unesc, a coordenação do curso de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade a distância deverá:

(a) Acompanhar o processo de desenvolvimento do material didático das disciplinas;

(b) Responsabilizar-se pela integração entre os demais professores e suas respectivas disciplinas de acordo com os módulos;

(c) Planejar o Sistema Tutoria, organizando o quadro de horários de tutoria e monitoria do curso, acompanhando o processo, em parceria com o SEAD.

(d) Organizar o planejamento em conjunto das diversas atividades do semestre em reuniões presenciais e a distância, entre os professores das disciplinas, os tutores e monitores.

(e) Articular suas atribuições com a Coordenação de EaD da Unesc.

5.2 Coordenação de EaD

A coordenação do curso de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade a distância será assessorada pedagogicamente por um

Coordenador de EaD, vinculado ao Setor de Educação a Distância da Unesc, com carga horária prevista na planilha de custos do curso.

São atribuições da coordenação de EaD no curso:

(a) Organizar o processo de formação do corpo docente do curso para atuar na modalidade de EaD;

(b) Planejar e organizar a produção do material didático do curso nas diferentes mídias, integrado ao Grupo de Produção do SEAD, com acompanhamento do Coordenador do Curso;

(c) Acompanhar o planejamento do Sistema Tutoria, na organização do quadro de horários de tutoria e monitoria do curso, acompanhando o processo, em parceria com o Coordenador do Curso.

(d) Assessorar os Professores Conteudistas, Professores de Disciplinas e Professores Tutores do curso.

(e) Participar da organização e planejamento das diversas atividades do semestre com o coordenador do curso, em reuniões presenciais e a distância entre os professores das disciplinas, tutores e monitores.

(f) Responsabilizar-se pela logística de produção e distribuição dos materiais didáticos dos alunos do curso;

(g) Articular suas atribuições com a Coordenação do Curso.

5.3 Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído de: Professor de disciplina e Professor Tutor.

O corpo docente reger-se-á pela legislação de trabalho, pelas disposições do Estatuto e do Regimento da Unesc e do Plano de Carreira Acadêmica.

A Unesc dispõe de um programa de formação continuada com vistas à qualificação permanente de seu corpo docente.

5.3.1 Professor de disciplina

O professor da disciplina será selecionado, seqüencialmente, por processo seletivo interno e na ausência de profissional no quadro, pelo processo externo, realizado pelo Departamento de Desenvolvimento Humano (DDH) por solicitação da Diretoria da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA), e pela coordenação do curso, obedecendo a critérios como: habilitação específica, experiência profissional na área, experiência e ou formação para lecionar na modalidade EAD.

As atribuições do professor da disciplina atendem ao disposto no Título VI, Capítulo I do Regimento da Unesc.

O professor da disciplina terá a assessoria de um professor tutor no curso quando o número de alunos exceder a quantidade prevista por turmas.

5.3.2: Professor Tutor

O professor tutor será selecionado, seqüencialmente, por processo seletivo interno e na ausência de profissional no quadro, pelo processo externo, realizado pelo Departamento de Desenvolvimento Humano (DDH) por solicitação da Diretoria da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA), e pela coordenação do curso, obedecendo a critérios como: habilitação específica, experiência profissional na área, experiência e ou formação para tutoria na modalidade EAD.

A carga horária do professor tutor será definida pela Coordenação do Curso e a Coordenação de EaD e deverá estar prevista na planilha de custos do curso. Cada tutor será contratado para coordenar as atividades pedagógicas de uma turma de acadêmicos do curso, formada por 40 a 60 acadêmicos, durante o desenvolvimento das diversas disciplinas do curso.

As atribuições do professor tutor atendem o edital próprio de Tutoria obedecendo aos critérios do contrato que será firmado entre o mesmo e a Unesc.

O tutor responde pelas atividades de acompanhamento, comunicação, aplicação das atividades avaliativas presenciais e demais atividades de interação e mediação entre acadêmicos e professores da disciplina.

A Unesc se reserva o direito de contratar um tutor por turma no curso, quando o número de alunos a ser atendido exceder a 60 acadêmicos.

5.4 Professor Conteudista

O Professor conteudista responde pela autoria coletiva do material didático de disciplina. É contratado e remunerado pela Unesc a partir de edital próprio para o desenvolvimento de material didático, obedecendo aos critérios do contrato de autoria que será firmado entre o mesmo e a Unesc.

5.5 Monitoria

A monitoria será exercida por técnico-administrativo ou por um acadêmico bolsista vinculado ao SEAD, que fará o acompanhamento técnico das atividades e acessos ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) dos acadêmicos, professores tutores, professores de disciplina e demais atividades inerentes a sua função.

Deverá ter habilidade de comunicação oral e escrita; ser crítico, flexível e organizado; realizar atendimento personalizado; conhecer tecnologias básicas utilizadas, ter empatia com os alunos, dominar os recursos tecnológicos utilizados.

As atribuições básicas do monitor são: Atendimento aos acadêmicos e professores, via e-mail, fórum, chat, fax, telefone ou presencialmente; Solucionar dúvidas operacionais; Encaminhar ao professor tutor e/ou professor da disciplina as questões pertinentes ao conteúdo; Manter o acadêmico informado sobre os cronogramas/agendas de encontros presenciais, online, provas e outros solicitados pelo professor da disciplina e ou professor tutor;

Orientar o acesso no AVA aos materiais didáticos “on-line” e as atividades; Orientar o acadêmico, no uso das ferramentas básicas do AVA quando questionado; Acompanhar a distribuição e recebimento pelo aluno do material didático impresso; Assessorar o Professor Tutor ou o Professor da Disciplina; Diagnosticar possíveis falhas no sistema ou nas informações do projeto visual do curso no ambiente utilizado e informar os responsáveis pelo desenvolvimento.

5.6 Institucionalização do Sead: Contexto Histórico

O processo de constituição institucional do Setor de Educação a Distância (Sead) da IES, iniciou com as primeiras ações em EaD em 2000. Estudos surgiram do interesse da Unesc em promover estudos sobre esta modalidade de ensino e avaliar a viabilidade e implementação da mesma, no contexto didático/pedagógico.

Em Santa Catarina, os primeiros projetos em rede se constituíram a partir da criação do Consórcio UniVirtual-SC formado pelas Universidades do Sistema ACAFE (Associação das Fundações Educacionais de Santa Catarina).

Na Unesc, iniciou-se com o gerenciamento, tutoria e monitoria do curso de aperfeiçoamento (180 h/a) “A TV na Escola e os desafios de hoje” em parceria com o MEC/Seed, UniRede, UniVirtual-SC, SED/SC, Gerências Regionais de Educação de Criciúma, Araranguá, Laguna e Tubarão. A parceria se estendeu em três (03) edições com total de 700 cursistas.

A demanda para novos cursos no âmbito de aperfeiçoamento e extensão, provocou a necessidade de ampliação do grupo multidisciplinar e de espaço físico para a constituição de um ambiente acadêmico de planejamento, gerenciamento e (re)avaliação da demanda em EaD, em consonância com a legislação nacional.

Nesse processo, emergiu a necessidade de políticas de efetivação da inserção das tecnologias no contexto educacional, presencial e a distância e o fortalecimento da cultura de EaD na IES. Optou-se, em 2002, pela adoção de

um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que possibilitasse o fortalecimento dos espaços de pesquisa e adequação ao contexto didático/pedagógico da IES, definido em seu Plano Político e Pedagógico (PPP). A formação continuada dos professores no uso do AVA e das mídias agregadas, iniciou em 2002.

Neste cenário, o Sead passou da informalidade para a institucionalização em 2003, regulamentado Resolução 9/2003/CONSU (Anexo I), emitida em 21 de Agosto de 2003 que cria o Setor de Educação à Distância, Sead e valida as ações já realizadas, reafirmando a intencionalidade de atuação nessa modalidade de educação.

No período de 2002 a 2004, a Unesc, por meio do Curso de graduação em Enfermagem e o Setor de Educação a Distância, representou o NAD 1 Núcleo Regional de Apoio Docente com a coordenação no âmbito estadual da parceria entre o Ministério da Saúde, Profae, Unesco, Fiocruz, ENSP (Escola Nacional de Saúde Pública) e quatro IES o Consórcio UniVirtual-SC (Univali, Uniplac, UnC e Unesc) na gestão, tutoria e monitoria do curso de pós-graduação *Lato Sensu* “Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área da Saúde: Enfermagem” (CH 660 h/a). O curso iniciou em novembro de 2002 com a participação de 258 enfermeiros. Na segunda edição, o curso iniciou em abril de 2004 e participaram 161 enfermeiros.

As experiências pedagógicas desenvolvidas na modalidade de EaD, próprias e/ou em parceria com outras Instituições, no período de 2000 a 2003, coordenadas pelo Sead, permitiram a concretização do processo de credenciamento da IES, na pós-graduação *lato sensu* que ocorreu em 2004.

O credenciamento na Pós-graduação *lato sensu* nas áreas de competência acadêmica da Unesc, pelo período de 5 anos, consta do **Parecer** CNE/CES nº 239/2004 e **Portaria** nº 2.695 de 2/9/2004 publicada em 3/9/2004 (Anexo II) (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12776&Itemid=349). O Parecer CNE/CES nº 239/2004, aprovado em 5 de agosto de 2004

credencia a Universidade do Extremo Sul Catarinense para a oferta de cursos

de pós-graduação, especialização, na modalidade a distância, e autorização para oferta do curso de especialização em Gestão e Inovação Tecnológica em Obras Civis, no estado de Santa Catarina.

Em 2005, um documento orientador elaborado pela Pró-Reitoria de Ensino e o Sead define as estratégias para a implantação nos cursos de graduação, reconhecidos, da oferta de disciplinas na graduação, na modalidade a distância. O documento foi baseado na legislação nacional e na Resolução n.021/05 do Conselho Estadual de Educação que regulamenta a oferta de disciplinas na modalidade a distância nos cursos de educação superior no Estado.

Neste ano, iniciou-se a oferta do Curso de especialização em Gestão e Inovação na Construção Civil na modalidade a distância, em parceria com o Setor de Pós Graduação e o Curso de Engenharia Civil da Unesc.

Os cursos de extensão universitária na modalidade de EaD tem sido planejados, desenvolvidos e executados em parceria com os demais setores de competência da Unesc. A relação dos cursos ofertados consta dos relatórios de atividade do Sead encaminhados a Reitoria, anualmente.

A partir de 2007 foram implantadas as ações desenvolvidas no âmbito do Consórcio ACAFEVirtual com relação ao planejamento, oferta e avaliação de disciplinas do núcleo comum da graduação na modalidade a distância. Desde então, são oferecidas disciplinas semi-presenciais ou a distância nos cursos de graduação da Unesc.

Para orientar esse processo, foi desenvolvido pela Pró-Reitoria de Ensino, Diretoria de Graduação e Setor de Educação a Distância em 2007, um documento denominado “Estratégias para a implantação da Oferta de Disciplinas na Graduação, na modalidade a distância” (Anexo IV) com orientações para apoio técnico pedagógico à Comunidade Acadêmica, visando contribuir para a qualidade no processo docente e discente em Educação a Distância e o documento denominado “Disciplinas da graduação do núcleo comum na modalidade de Educação a Distância na Unesc” Atualmente, a ofertas destas disciplinas está amparada na legislação vigente, Portaria nº

4.059, de 10 de dezembro de 2004 e, na Resolução n.021 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, de 17 de maio de 2005. A oferta das disciplinas nos cursos de graduação na modalidade de EaD acontecem com a assessoria do Sead.

Em 2008, iniciou-se o planejamento da implantação do projeto de inserção de lousas interativas digitais integradas ao AVA, em parceria com o DTI e a UNACET que constitui o Grupo de Estudos “Sala do Futuro”. Participam do projeto, docentes capacitados para uso do AVA e das lousas (total de 04) que são acompanhados pelo Grupo de Trabalho “Sala do Futuro”, Setor de Avaliação Institucional SEAI e Sead.

Atualmente, o Sead desenvolve projetos de extensão e aperfeiçoamento, disciplinas na graduação e curso de Pós-Graduação *lato sensu* na modalidade semi-presencial e a distância. Integra-se no desenvolvimento dos projetos a Diretoria de Informática, de Extensão, de Graduação e Pós-Graduação, os Cursos de Graduação e demais setores necessários. Os projetos de cursos e/ou disciplinas na modalidade de EaD que necessitam de produção de material de multimídia, são desenvolvidos em parceria com os profissionais especialistas em multimídia da Diretoria de Informática. Nesta mesma forma de parceria, acontecem as atividades de pesquisa, desenvolvimento e manutenção de outros recursos tecnológicos como o Ambiente Virtual de Aprendizagem da Instituição.

O Sead coordena também, desde 2004, as atividades envolvendo cursos de capacitação a distância, relacionados ao projeto “Salto para o Futuro” em parceria com a Diretoria de Extensão, Gerei de Criciúma/SED-SC e NTE de Criciúma que ocorrem na sala de Teleconferência disponível no Bloco P (s.22).

O Sead participa diretamente dos Programas de Formação Continuada dos Docentes e Técnicos-Administrativo, respondendo pelas ações relacionadas a formação no uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC), lousas digitais, Ambiente Virtual de Aprendizagem e Educação a Distância.

A capacitação e apoio pedagógico aos professores e acadêmicos da graduação, pós-graduação, extensão e CAP (Colégio de Aplicação) ocorre também na estruturação, produção de material didático, uso e gerenciamento de salas de aula virtuais no Ambiente de Aprendizagem da Unesc. São oferecidas aos docentes, oficinas permanentes nas capacitações que ocorrem nos meses de fevereiro e julho de cada ano e durante os semestres a partir de solicitação das Unidades Acadêmicas.

Participaram de cursos oferecidos pelo Sead no período de 2004 a 2010-1, 1311 docentes: 192 docentes em 2004, 136 em 2005, 124 em 2006, 227 em 2007, 246 em 2008, 229 em 2009 e 157 em 2010-1. O Sead em parceria com o Depto. de TI (Tecnologia de Informação) da Unesc investe em pesquisa, na melhoria e desenvolvimento de ferramentas para o AVA e sua integração com as lousas digitais e diário online. Em 2007, foram utilizadas 1552 salas virtuais com 9654 usuários, em 2008, registrou-se 2209 salas virtuais com 11244 usuários e 2009 3180 salas virtuais com 19545 usuários (semestre I mais semestre 2).

Anualmente, ocorre o Seminário de Educação a Distância da Unesc, promovido pelo Sead, Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas, Grupo de Pesquisa CNPq/Unesc em Educação a Distância na Graduação, com o objetivo de refletir e fortalecer a cultura de EaD na IES.

Além disto destacam-se outras ações desenvolvidas: Modelagem e Adequação da Linguagem do material didático de conteúdos para EaD; Monitoria de cursos de Extensão, Pós Graduação e disciplinas da graduação - 20% a distância (Institucional e Adesão) e participação no Grupo de Trabalho de Ensino de Graduação (Núcleo de Pedagógica Universitária), Grupo de Trabalho “Sala do Futuro”, Grupo de Trabalho em EaD no Sistema ACAFE, Comissão de elaboração do PDI (Planejamento Estratégico Institucional), colegiados de cursos, eventos e outros.

Atualmente, o Sead é um Setor de Apoio da Reitoria vinculado a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação nos projetos e ações relacionados a

Graduação e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, quando seus projetos estão neste âmbito.

5.7 Equipe e Estrutura do SEAD

O Sead é um Setor de Apoio da Reitoria e vinculado as Pró-Reitorias, que conta com uma equipe permanente de profissionais, e equipes acadêmicas formadas para cada curso ou programa a ser oferecida na modalidade de EaD.

A equipe permanente deve ser composta por: Coordenação Geral, Assessorias de Pós-Graduação, Graduação e Extensão (Assessor Técnico-Pedagógico em EaD), equipe de desenvolvimento de material didático, de tecnologias e monitoria conforme organograma (Figura 2):

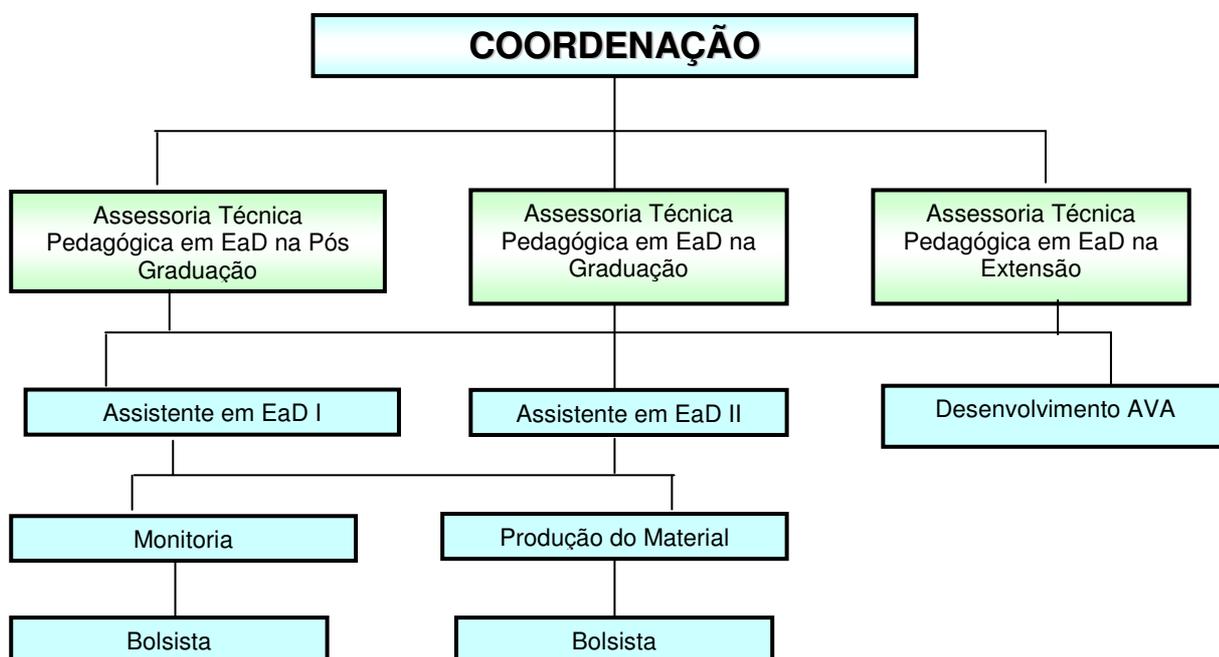


Figura 2: Organograma da equipe do Sead

A ampliação da equipe permanente do Setor é definida a partir da necessidade com a implantação de novos projetos e cursos na modalidade de EaD, solicitada pelo Sead e aprovada pela Reitoria da Unesc.

5.8 Representação Docente, Tutores e Discente

Na Unesc a representação ampla dos docentes e discentes está plenamente institucionalizada nos órgãos colegiados superiores – Conselho Universitário. (PDI, p. 87-89); Câmaras de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. De administração e finanças (PDI, p. 90-95) e Órgãos Colegiados da Administração básica que são: Colegiados de UNA (PDI, P. 111-113); Colegiado de Curso (PDI, P. 115-116). Na Unesc, o tutor é caracterizado como docente. Além disso, o curso terá um Centro Acadêmico, além do DCE.

6. Infraestrutura Didático-Pedagógica

6.1 Infraestrutura Física-Tecnológica

Essa área de ação tem por objetivo a implantação e desenvolvimento de uma infraestrutura de rede de computadores e tratamento de informações, dentro dos padrões da Internet e a ela conectada, para servir de base aos diversos serviços de comunicação e de informação na UNESC.

Em função do projeto a ser desenvolvido, a UNESC providenciará a seguinte instalação física: sala de recepção, sala de reunião, sala de atendimento do aluno, dois laboratórios, sala de apoio suporte, sala para monitoria e professores, sala para conferências com 53 lugares equipada com televisão, videocassete, audiocassete, equipamentos para vídeo, informática, linhas telefônicas, inclusive linhas para acesso a redes de informação e para discagem gratuita e aparelhos de fax à disposição de tutores, alunos, dentre outros. Acrescenta-se que haverá suporte da biblioteca da UNESC que tem material bibliográfico atualizado e informatizado, com acervo de periódicos e livros, bem como fitas de áudio, vídeos e DVDs.

A infraestrutura apresentada passará por processos de avaliação e revisão periódicos e continuados do ponto de vista da estrutura física e

tecnológica, com vistas a manutenção, renovação e disponibilização aos estudantes.

6.2 Biblioteca Central

A missão da Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC é promover com qualidade a recuperação de informações bibliográficas, com enfoque no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, associando tecnologias e atendimento humanizado.

O acervo está arranjado por assunto de acordo com a classificação decimal de DEWEY-21^aed, e catalogado de forma descritiva, obedecendo ao código de catalogação Anglo-Americano.

A Biblioteca possui duas bibliotecas de extensão, uma localizada no Hospital São José que atende os cursos da área de saúde, prestando serviços a professores, alunos, estagiários e funcionários, tanto do Hospital São José quanto da UNESC, conforme o convênio estabelecido entre as partes.

A outra biblioteca está localizada no Iparque – Parque Científico e Tecnológico e atende a professores, alunos, estagiário e funcionários dos cursos das áreas de ciências exatas e da terra, engenharias, ciências sociais aplicadas e ciências humanas.

Para atender as solicitações de livros que não constam nas Setoriais, foi criado o Serviço de Malote, que é o transporte de acervo realizado diariamente. As atendentes das bibliotecas setoriais fazem a solicitação para a Biblioteca Central e os materiais solicitados são encaminhados no dia seguinte, pela manhã.

Existe, ainda, o serviço de comutação bibliográfica que é a localização e busca de material bibliográfico não existente no acervo da Biblioteca da Unesc. Este serviço não tem fins lucrativos. O valor cobrado visa apenas a custear as cópias e as taxas de envio. O preço da cópia varia de acordo com o sistema que for utilizado (COMUT, SCAD e outros). Para efetuar a solicitação,

preencha o formulário o mais completo possível para agilizar o atendimento do seu pedido. Em respeito à Lei dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 e Lei nº 10.695 de 1º de julho de 2003), não serão atendidos os pedidos de cópias de livros na íntegra. O retorno ao pedido do usuário será efetuado por e-mail ou telefone. O pagamento será efetuado antecipadamente. O valor pago será devolvido caso o material solicitado não tenha sido encontrado.

6.2.1 Estrutura

6.2.1.1 Física

O prédio onde a Biblioteca Central Professor Eurico Back - UNESC está instalada possui uma área física de 1.174,55m², assim distribuído: área de leitura - 407,09m², área de acervo – 485,71m² e outros - 281,75m².

A área da Biblioteca do Hospital São José é de 123,08m² e a do Iparque de 20m².

Os setores Tratamento da Informação e Comutação Bibliográfica ocupam uma área de 49m², o guarda-volumes uma área de 49m², fora da Biblioteca, porém no mesmo prédio.

A restauração do acervo acontece no Centro de Memória da UNESC.

Para atender as necessidades dos usuários, a biblioteca dispõe de uma sala para estudo individual, com capacidade para 33 assentos e seis salas para estudo em grupo, com capacidade para 56 assentos, que são agendadas, inclusive para orientação de TCC. Todas as salas possuem ar-condicionado e iluminação adequada.

O acervo de livros e periódicos (revistas, jornais, boletins, almanaques, etc.) está armazenado em estantes de aço, com 5 bandejas duplas e base fechada. Na cor cinza e tamanho padrão, 200cm x 100cm x 55cm (altura, largura e profundidade).

A videoteca está instalada num espaço de 13,23m², sendo as fitas de vídeo também armazenadas em estantes de aço, com 5 bandejas duplas. Na cor cinza e tamanho padrão, 200cm x 100cm x 55cm (altura, largura e profundidade), próprias para fitas VHS.

Os mapas acondicionados individualmente em saquinhos de tecido, devidamente identificados ficam na mapoteca, com livre acesso ao usuário.

6.2.1.2 Organizacional

Bibliotecários:

Nomes	Registro	Regime de trabalho semanal
Maria da Silva Cabral Bousfield	CRB 069 14^a	40h
Rosângela Westrupp	CRB 346 14^a	40h
Tânia Denise Amboni	CRB 589 14^a	40h
Ariane Rodrigues Batista	CRB 1174 14^a	40h
Eliziane de Lucca	CRB 1101 14^a	40h
Funcionários técnicos-administrativos		30

6.3 Descrição das Políticas de Articulação

6.3.1 Comunidade Interna

Mantém contato direto com os coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação, Lato Sensu e Stricto Sensu, no que se refere aos assuntos que envolvam a Biblioteca, bem como sobre aquisição das bibliografias básicas e complementares que atendem o projeto político pedagógico dos cursos.

Disponibiliza os sumários on-line das revistas assinadas pela Biblioteca.

Informa, por e-mail, o corpo docente e discente senhas de bases de dados on-line em teste, além de divulgar no mural existente na página da Biblioteca, www.unesc.net/biblioteca.

Os serviços de empréstimo, renovação e reserva de material bibliográfico oferecido a comunidade interna, estão descritos no Regulamento da Biblioteca, anexo.

6.3.2 Comunidade Externa

A Biblioteca está aberta à comunidade externa e oferecendo consulta local ao acervo, bem como serviços de reprografia, cópia de documentos acessados em outras bases de dados e comutação bibliográfica.

Disponibiliza atualmente 6 computadores para consulta à Internet, onde os usuários da comunidade externa podem agendar horário. O tempo é de 1h diária a cada duas vezes por semana.

6.4 Descrição da Política de Expansão do Acervo

A política de expansão do acervo encontra-se descrito no Regulamento da Biblioteca.

6.5 Descrição Das Formas De Acesso

É de livre acesso às estantes e está aberta ao público de 2ª a 6ª feira das 7h30 às 22h40 e sábado das 8h às 17h, conforme Regulamento da Biblioteca, anexo.

A biblioteca setorial do Hospital São José funciona de segunda à quinta-feira, das 8h às 18h, e 6ª feira das 8h às 17h30min, já a Biblioteca do Iparque funciona de segunda à sexta-feira das 8h às 11 e das 12h às 17h.

6.6 Acervo Bibliográfico Específico

Para fazer com que todos os alunos tenham acesso à bibliografia básica estipulada em cada disciplina, a Biblioteca adota o sistema de consulta local, conforme Regulamento anexo.

Acervo e utilização

Acervo					
Geral			Específico		
Livros		Periódicos	Livros		Periódicos
Títulos	Volumes	Títulos	Títulos	Volumes	Títulos*
71.520	137.675	102	17035	33554	39

Periódicos:

Assinaturas Correntes: 102

Doação: 787

Estatísticas de utilização:

Consulta 53.397

Empréstimo: 30.862

Frequência: 53.541

Multimeios

Discriminação	Geral	Específico
Mapas	117	0
Fitas de Vídeo	1.066	216
Fitas Cassete	210	8
Slides	54	0
CD-ROM	1.084	138
Disquetes	125	38
Normas	600	17
DVD	473	93

6.7 Biblioteca Virtual

Na Biblioteca virtual - BV, são disponibilizados os endereços das principais bases de dados, separadas pela área do conhecimento - <http://www.unesc.net/portal/capa/index/90/3317/>.

O Catálogo Coletivo das Bibliotecas da ACAFE, também disponibilizado na Biblioteca Virtual, <http://www.acao.org.br/bibliotecas>, proporciona a pesquisa em 11 instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina, representando mais de 1,1 milhão de materiais disponíveis. As Instituições

participantes são: Unesc, Unoesc, Univali, Furb, Udesc, Uniplac, Unochapecó, Unisul, Univille, Unerj e Unidavi.

Para divulgar a BV, a equipe da Biblioteca disponibiliza o programa de capacitação para acesso às bases de dados. Dessa forma, o aluno participa em laboratório de informática de uma capacitação, onde o objetivo é divulgar o serviço de comutação bibliográfica e difundir a pesquisa em bases de dados, além dos periódicos on-line.

6.8 Informatização

O acervo (livros, monografias de pós-graduação, dissertações, teses, periódicos e multimeios), e os serviços (processamento técnico, consulta a base local, empréstimo – materiais bibliográficos e chaves dos guarda-volumes, renovação, devolução e reserva), estão totalmente informatizados pelo programa PERGAMUM, programa este desenvolvido pelo Centro de Processamento de Dados da PUC/Paraná. Pela Internet o usuário pode fazer o acompanhamento da data de devolução do material bibliográfico, além de poder efetuar a renovação e reserva.

Para consulta ao acervo local, disponibiliza 11 computadores, onde é possível também efetuar a reserva e a renovação dos materiais bibliográficos. A Biblioteca está equipada com sistema anti-furto.

Além da base de dados local, a Biblioteca possui a assinatura da base de dados *UpToDate*, além do acesso às bases: American Society for Testing and Materials (ASTM), Begell House, Chemical Abstracts Service (CAS), Cold Spring Harbor Laboratory Press (CSHLP), Academic Search Premier (ASP), Clinics Collection (Elsevier), Science Direct, Scopus, Emerald, Journal Citation Report – JCR, Nature, Wiley pelo Portal de Periódicos Capes.

7 Atividades de Avaliação Permanente

Para dar suporte teórico e operacional ao processo de ensino aprendizagem, os docentes participarão do processo de avaliação da UNESCO, visando gerar um auto-conhecimento e reflexão sobre o seu desempenho, o da Coordenação e o da Instituição de modo geral, com o objetivo de aprimorar a qualidade do ensino, pesquisa e extensão e a modalidade a distância.

Os professores participarão do Programa de Educação Continuada, oferecido constantemente, que tem por objetivo instrumentalizar cada vez mais o docente na esfera pedagógica e tecnológica, buscando desenvolver habilidades técnicas e científicas básicas, bem como promover a melhoria das habilidades didático-pedagógicas presenciais e a distância do professor, tanto quanto a melhoria na relação professor-aluno.

8 Bibliografia Básica das Disciplinas

Em anexo.

9 Anexos – Pareceres:

- a) Comissão de Cursos Novos
- b) Jurídico
- c) Setor de Projetos e Obras
- d) Econômico Financeiro
- e) IPESE
- f) Pedagógico da UNA Respectiva